



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 20 de Agosto de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21275

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 6ª Audiência Pública do ano de 2025.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/auditorio-virtual; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 7 de agosto no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual; e também podem ser feitas neste momento na Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs. José Renato Nalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura do Município de São Paulo, a quem já faço o convite para compor a nossa Mesa; Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pelo Sr. Diego Xavier Leite, que está *on-line*; Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla de Oliveira, que está presente de forma *on-line*; José Antônio Silva Parente, mais conhecido como Totó, Secretário de Cultura e Economia Criativa; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público de São Paulo; Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Roberto Luiz de Oliveira Pimentel, da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo; Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, Defensoria Pública Geral; Vereadoras da Câmara Municipal de São Paulo, Renata Falzoni e Luna Zarattini, que também participam desta audiência pública; e público em geral.

Passemos à pauta: audiência pública para apresentar e discutir os avanços e desafios, assim como o processo de revisão do Plano de Ação Climática de São Paulo –

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 2 DE 40

fls. 6

PlanClima/SP, conforme REQCOM URB 16/2025, de autoria deste Vereador.

Para começar os nossos trabalhos, queria, já de pronto, agradecer a ilustre presença do nosso Secretário, Dr. Nalini, com toda a sua experiência, e hoje compondo a equipe de trabalho do Prefeito Ricardo Nunes, principalmente, num tema bastante sensível e importantíssimo para a nossa cidade e para o mundo, que são as mudanças climáticas.

Ficam os nossos agradecimentos em nome dos Vereadores que compõem a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e também em nome dos Vereadores desta egrégia Casa de Leis.

Dr. Nalini, antes de passar a V.Exa., eu queria saber se algum Vereador quer fazer alguma manifestação inicial ou se já passamos a palavra ao senhor, para que faça a apresentação do PanClima. E aí, sim, depois, podemos abrir para o público, para os Vereadores.

Podemos fazer desta forma?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Estão, depois de sua fala, falam os Vereadores e o público em geral.

Dr. Nalini, V.Exa. tem a palavra.

Muito obrigado pela presença. A casa hoje é do senhor.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – Muito obrigado.

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui falando sobre o PanClima, que é uma iniciativa bem pioneira do Município de São Paulo, a maior cidade brasileira. E nós estamos, hoje, em fase de revisão.

É muito importante que a Câmara Municipal, que é a caixa de ressonância das aspirações da população, como dizia Montesquieu, se interesse por esse plano – que não é da Prefeitura, é um plano da cidade, é um plano de quase 13 milhões de pessoas.

Nós fizemos uma pequena apresentação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – Nós temos esse plano, que é muito ambicioso.

Ele foi elaborado em 2021 e tem metas a curto, a médio e a longo prazos.

A ambição impede que nós tenhamos, depois de quatro anos, nessa fase de revisão, todos os indicadores, toda a capacidade de metrificação daquilo que foi pretendido. Mas a visão do plano é estabelecer uma espécie de diagnóstico da cidade até 2050, ano em que São Paulo vai se tornar uma cidade menos desigual, conforme a intenção do plano.

Nós temos, ainda, muita desigualdade social, muita vulnerabilidade, e a cidade precisa ser mais resiliente, e, se possível, neutra em carbono.

Durante esses quatro anos, eu acho que a humanidade percebeu que depois de a ciência, durante décadas, alertar a humanidade, alertar todos nós de que a situação estava se agravando, hoje os cientistas lamentam terem sido tão conservadores, tão discretos, tão tímidos, porque nós falávamos em mudanças climáticas, passamos a falar em emergências climáticas e hoje já se fala em cataclismo climático. O mundo inteiro está vendo isso.

Hoje, nos jornais, além da questão da escassez hídrica, que nos afeta diretamente, há notícia de que incêndios na Espanha estão causando mortes. O calor na Europa foi terrível. E isso para não falar daquilo que nos afeta mais diretamente: tragédia no Rio Grande do Sul e em São Sebastião; os vendavais no interior de São Paulo, que foram pouco comentados, mas são fenômenos que acontecem no deserto do Saara, e aconteceram aqui no nosso interior.

O plano teve de ser adaptado – ele está na revisão por isso mesmo – porque se, antes, nós tínhamos a satisfação de falar em mitigação e atenuação, hoje nós temos que priorizar a adaptação da cidade.

Todos nós somos destinatários dos fenômenos extremos, mas há vulnerabilidades que são mais frágeis e que, portanto, merecem atenção do Poder Público para que não haja mais mortes.

O plano teve dois objetivos gerais quando em sua elaboração e contou com a colaboração do C40, que é uma entidade que ajuda municípios do planeta inteiro a pensarem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 4 DE 40

fls. 8

naquilo que nunca foi objeto direto, preocupação imediata das gestões municipais: a questão climática.

O primeiro objetivo é a redução das emissões de gases de efeito estufa e o segundo objetivo é o fortalecimento da resiliência do município.

Resiliência é essa palavra que passou a ser um carro-chefe nas nossas discussões. É a adaptação da cidade para que possa suportar esses fenômenos extremos que já têm acontecido.

São Paulo era São Paulo da garoa, passou a ser São Paulo dos vendavais, dos grandes temporais, de muitas enchentes, e, infelizmente, de mortes.

Dia 25 de janeiro, nós tivemos um vendaval de tamanha força que mais de 300 árvores saudáveis foram arrancadas com raiz e tudo, para mostrar a força do vento.

O Prof. Marcos Buckeridge, do Instituto de Estudos Avançados da USP, está fazendo um estudo de modelagem do vento para ver o que significa em São Paulo esse adensamento, essa verticalização. Nós estamos construindo uma cidade onde o vento vai se tornar cada vez mais nefasto para nós.

O decreto que instituiu o PanClima determina que ele seja revisado no primeiro ano de cada nova gestão municipal – e é isso exatamente que nós estamos fazendo –, e que esteja alinhado ao Plano Plurianual de Metas e ao Programa de Metas.

Nós fomos além: hoje, o Prefeito determinou a elaboração de um orçamento climático – porque a Secretaria de Mudanças Climáticas não tem orçamento, é uma secretaria de articulação, é uma secretaria que serve para provocar as outras secretarias, para conversar com a academia, com o empresariado, com a comunidade, com a sociedade civil. Ela tem que conversar com todos para ver se a questão climática entra no radar de todas as pessoas. Mas o orçamento do município tem muita verba destinada a temas que convergem para a questão climática. E o orçamento climático detecta, no orçamento de todas demais secretarias, as verbas que vão ser investidas em obras, estruturas, que vão atender a necessidade de resiliência da capital.

O relatório apresentado neste ano tem como objetivo subsidiar a revisão das ações previstas no plano, ou seja, tornar o plano viável e fazer com que ele seja implementado de forma mais clara, mais objetiva, [de maneira] que possa ser lido e conhecido por qualquer pessoa da comunidade, qualquer paulistano.

A ênfase do relatório é o *status* de execução das ações.

Nós tínhamos – e temos – cinco estratégias principais; cinco eixos:

I - Rumo ao carbono zero, em 2050.

Este é um eixo que não depende somente da Prefeitura, porque nós precisaríamos convencer os oito milhões de proprietários de veículos leves, Vereadora Marina, a utilizarem etanol ou biometano, a adquirirem carros elétricos, a deixarem o diesel de lado. Então, não depende somente da Prefeitura;

II – Adaptar a cidade de hoje para o amanhã. E isso também depende de diretrizes municipais, mas depende da poderosa indústria da construção civil.

Nós sabemos que a construção civil ainda trabalha com insumos que são extremamente nocivos ao ambiente. A fabricação de cimento, de ferro, a confecção de concreto, tudo isso emite muitos gases causadores do efeito estufa. E há um problema acrescido à construção civil: desperdício de 35% do material. E esse material que vai se transformar em resíduo da construção civil vai ser lançado em represas, córregos, em terrenos, causando um grande prejuízo para a cidade;

III – Proteger pessoas e bens.

É evidente que todos nós somos já convertidos em relação à ecologia, à defesa do ambiente, mas não é apenas pelo amor à árvore, à fauna, à flora, não, é pela defesa dos seres humanos. O ambientalismo existe para proteger pessoas antes de proteger as árvores. É que as árvores são grandes amigas das pessoas. E é por isso que precisamos também abraçar – ao menos, metaforicamente – as árvores;

IV – Mata Atlântica, precisamos de você.

Nós temos uma vocação de fabricantes de desertos.

A história do Brasil é a história da destruição da cobertura vegetal.

Os portugueses, quando chegaram aqui, há mais de 500 anos, acharam que haviam redescoberto o Jardim do Éden, de tão lindo que era o Brasil. Era uma mata exuberante, uma fauna multicolorida. E o que nós fomos fazendo? Nós fomos fabricando desertos.

Eu imagino o que tenha sido a viagem dos quatro jesuítas que saíram do litoral, quando não havia a Calçada do Lorena, não havia a Via Anchieta, não havia a Imigrantes. Eles vieram praticamente engatinhando naquela muralha verde e, quando chegaram aqui ao planalto, o que eles viram? Quatro grandes rios, milhares de córregos, um lugar maravilhoso, o Tietê serpenteando nas suas várzeas, era um rio sinuoso.

E o que nós fizemos nesses 471 anos? Quisemos brincar de Deus, retificamos o Tietê, que hoje não é mais um Rio, é um condutor de imundícies que nós produzimos; enterramos os córregos para fazer uma cidade que mais serve ao automóvel do que às pessoas.

Então nós precisamos fazer com que a Mata Atlântica volte a ocupar uma parte do território paulistano. Nós ainda temos área para ser coberta de árvores. Isso pensando na saúde das pessoas. As regiões áridas têm uma temperatura que chega a 10° acima da região arborizada. E nós precisamos convencer as pessoas de que a árvore em frente de casa é uma coisa boa. A árvore presta um serviço de ecotranspiração, ajuda o regime de chuva, permite que haja irrigação do espaço que ela ocupa, faz com que os lençóis freáticos sejam reabastecidos, é refúgio para fauna silvestre, é sombra, é paisagem, árvore é tudo de bom. Então nós precisamos fazer com que a Mata Atlântica volte a frequentar, a estar presente na nossa vida.

E o quinto eixo: gerar trabalho e riqueza sustentáveis, principalmente incentivando bioeconomia, economia verde, atividades que não agredam o ambiente, ao contrário, que o preservem. Então a ênfase no *status* de execução das ações vai contemplar esses cinco eixos.

Nós vamos destacar no relatório os principais resultados alcançados. Vamos facilitar a identificação de iniciativas com desafios para avançar. Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Não é um plano que acabe nos seus quatro anos iniciais. E os indicadores detalhados vão ser apresentados num relatório técnico complementar que está sendo elaborado. Os

senhores sabem que a elaboração desses relatórios demanda um grande trabalho dos técnicos, daqueles operadores que, melhor do que nós, podem decompor aquilo que nós temos de mostrar.

O relatório, então, mostra o monitoramento, o acompanhamento das ações previstas no plano com foco nas atividades de 2024, porque a cada ano foi feito um acompanhamento: 2022, 2023, o foco agora é 2024. E na série histórica de indicadores, desde que o plano existe, 2021. Esta edição marca o quarto ciclo de monitoramento e traz avanços na metodologia de avaliação e reporte.

Nós vamos aprimorando a forma de avaliar, de diagnosticar, de verificar onde houve falha nos indicadores, corrigir as dificuldades de metrificação. As informações sobre o andamento das 43 ações foram fornecidas pelas secretarias líderes, aquelas secretarias que têm maior responsabilidade na execução das nossas ações, por parte do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico, chamado SMAE, que também é utilizado no acompanhamento do programa de metas da cidade.

A boa notícia é que nós temos 86% das ações em andamento – é algo bem considerável, 86%. E 57% dos indicadores registram um avanço, ou seja, nós estamos caminhando. Precisamos fazer mais, mas estamos indo bem. As cinco ações, o número porcentual de ações daqueles eixos, no primeiro eixo, rumo ao carbono zero, nós temos 13 ações em andamento.

Adaptar a cidade de hoje para o amanhã, 11 ações. Proteger pessoas e bens, seis ações. Mata Atlântica, precisamos de você, só três ações, mas elas são importantes. E gerar trabalhos e riqueza sustentáveis, quatro ações.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Secretário, posso só fazer uma pergunta?

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Pois não.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Podemos voltar para... Treze ações de quantas que estão em andamento?

O SR. JOSÉ ROBERTO NALINI – Não, é o total, é o total.

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 8 DE 40

A SRA. MARINA BRAGANTE – Rumo ao carbono zero...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Mas então 100% do que prevê a adaptação da cidade está em andamento?

O SR. JOSÉ ROBERTO NALINI – 86.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Ah, é que daqui parece 100.

O SR. JOSÉ ROBERTO NALINI – Para cada ação, para cada eixo... Nós vamos detalhar. Daí, se houver dúvida, a gente, podendo, resolve, Vereadora Marina.

As secretarias que integram o grupo de trabalho do relatório são essas. Vejam, quase todas: Secretaria do Governo, à qual é subordinada a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Secretaria Municipal de Habitação, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Educação, de Segurança Urbana, SP Trans, CET, Companhia de Engenharia de Tráfego, Secretaria Municipal das 32 Subprefeituras, Agência Reguladora de Serviços Públicos, Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional, de Agricultura e Abastecimento, de Mobilidade e Trânsito, do Verde e Meio Ambiente, evidentemente, de Saúde, de Urbanismo e Licenciamento e a Secretaria Executiva de Limpeza Urbana. Vejam que grande grupo de entidades do Município, da Prefeitura.

Então vamos agora passar para a primeira estratégia. Recordando qual é o objetivo dessa estratégia rumo ao carbono zero, estratégia ou eixo? Zerar as emissões de carbono oriundas de combustíveis fósseis, de forma a adotar medidas sustentáveis para os meios de transporte na cidade de São Paulo, reduzir a geração e adequar os tratamentos de resíduos. Eu acho que ainda vamos falar, mas não custa já antecipar que nós temos três vilões na Capital. Um pouco diferente do que acontece no território nacional, onde desmatamento e ocupação do solo são o primeiro vilão, aqui em São Paulo, a cidade que foi construída para o automóvel, o veículo mais egoísta, porque é sempre uma só pessoa congestionando o trânsito, o primeiro vilão é o transporte.

Mais de 60% - há uma oscilação entre 61% e 67% - dos gases causadores de efeito

estufa são emitidos pelo transporte. São oito milhões de veículos correndo ininterruptamente pela Cidade, fora aquilo que atravessa a Cidade, ainda não temos Rodoanel completo; 13.300 ônibus. Enquanto a Europa já faz com que os ônibus dela tenham o diesel Euro 7, que é um alívio à toxidade do diesel, nós temos aqui ônibus que têm quase 30 anos, ônibus Euro menos zero, muito antigos. Então, 51% das emissões do transporte são geradas pelos 13.300 ônibus, sem falar em 1.300.000 motos que também poluem. Então o trânsito é o maior vilão.

Em segundo lugar vem a economia... Aí a energia estacionária, ou seja, nós precisamos cada vez mais de energia e, para gerar energia, nós emitimos gases poluentes. Isso vai se agravar com os *data centers* por causa da inteligência artificial. E nós estamos, assim, sempre naqueles desafios, naquelas encruzilhadas, o que fazer.

E o terceiro vilão é aquilo que nós chamávamos de lixo. Não pode mais chamar de lixo, tem que chamar resíduo sólido, porque tem valor. São resíduos que podem ser aproveitados e se transformam em valor econômico.

Os países mais adiantados do que nós, conseguem reciclar quase a totalidade dos resíduos sólidos. Aqui em São Paulo, infelizmente, nós produzimos a cada dia, Renata, 15.000 toneladas de resíduos sólidos. Eu achava 15 toneladas já um exagero. Não, são 15.000 toneladas. Se nós acrescentarmos, Vereador Fabio, o lixo eletrônico e o lixo hospitalar, nós chegamos a 23.000 toneladas diárias.

E o porcentual de reciclagem é mínimo, não passa de 3%, e ainda graças a esses heróis chamados catadores e catadoras que fazem esse trabalho. Eu gosto muito quando tem aquela charge, Marina, que fala assim: “Olha os homens do lixo. Não, os homens do lixo somos nós. Eles são os homens da limpeza, eles estão limpando”, não é, Vereadora? Então nós precisamos pensar em tudo isso. E eu acho - espero ter espaço aí para falar - que a comunidade precisa ajudar também, não é só, o poder público, o governo não resolve tudo.

Bom, nós temos as 18 ações nessa estratégia. Delas, 72% estão em andamento. Nós temos 44 indicadores disponíveis e 55% de indicadores com avanço. Eu acho que não custa esclarecer que, quando o plano foi elaborado, o plano é plano, é projeto, é visão de futuro. Então

o C40 ajudou, junto com os técnicos da Prefeitura, a selecionar indicadores. Como é que nós vamos avaliar o andamento dessa ação? Hoje a gente verifica que há falhas na previsão dos indicadores, nós precisamos aperfeiçoar.

E a tecnologia avança a cada dia, a ciência não para. Vocês viram que, recentemente, aqueles que são responsáveis pela inteligência artificial quiseram fazer um hiato: “Vamos parar seis meses, senão nós vamos criar um monstro, ele vai entender que nós somos dispensáveis e vai nos descartar”. Não foi possível, a ciência avança, então hoje nós temos condições de aperfeiçoar os indicadores.

Quais são os avanços de destaque. Nós temos cinco vezes mais, cinco vezes maior a potência instalada de energia fotovoltaica. Uma forma de fazer com que a energia seja limpa, seja verde, seja renovável é a energia fotovoltaica. Então, em relação a 2021, em todo o Município de São Paulo, nós chegamos em 2025 com cinco vezes mais energia fotovoltaica.

Hoje nós temos 100% das vias públicas atendidas pela coleta seletiva, ou seja, a coleta que recolhe aquilo que é destinado a reciclagem, a compostagem, a fabricação de biometano, a fabricação de fertilizante. Então 100% das ruas, já atende. Talvez falhe a comunicação, Vereador, para saber o horário que vai passar, se o horário é sempre esse. Mas eu acho que isso nós temos de cobrar das concessionárias, elas que têm que promover isso, é obrigação contratual.

Nós temos 83% dos ônibus com possibilidade de se utilizar o *wi-fi*, ar-condicionado USB. Isso significa 51% a mais em relação a 2021. E parece que a população está reconhecendo isso, elogia os ônibus, principalmente os ônibus elétricos, que são silenciosos, são confortáveis.

Nós temos, Renata, 111 km de estruturas ciclovárias entregues desde 2021. Precisa mais? Precisa, mas é um avanço. Nós temos 3,78% da frota de transporte público com tecnologia zero emissões

Isso significa mais 2,17% em relação a 2021. É pouco? É, mas vejam que o Prefeito conseguiu financiamento para comprar os ônibus. A intenção dele era entregar, até dezembro de 2024, 2.600 ônibus elétricos. Conseguiu seis bilhões, financiamento BNDES e financiamento

Internacional. Conseguiu que as empresas nacionais entregassem, fizessem um acordo para entregar os ônibus.

Onde falhou o projeto? Na infraestrutura de recarregamento das baterias, que a nossa concessionária Enel não conseguiu entregar. Por isso é que o Prefeito teve de recorrer à alternativa do biometano, que está bem adiantada, já está sendo aplicada nos caminhões de coleta de resíduos, mas isso vai ser utilizado também no transporte coletivo, nos ônibus.

Há problemas, há desafios, como fazer com que os condutos da Comgás possam atender todas as garagens. A questão também de saber... a molécula do gás natural, que é fóssil, e a do gás biometano são idênticas, como é que a gente vai saber que uma é limpa, a outra não. Mas está caminhando. Nós temos 50 novas viaturas com tecnologia de baixo carbono na segurança urbana do Município, em 2024. Nós temos mais de 6.000 toneladas de resíduos orgânicos de jardins e feiras transformados em composto, composto que é fertilizante, que é...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – De 2021, é valor acumulado desde 2021, nesse projeto Feiras e Jardins Sustentáveis, só nessa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Do período, dos quatro anos. É pouco ainda, não é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – É verdade.

Nós temos, então, uma redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa pela frota municipal de ônibus e transporte público. A emissão cai, não é uma coisa que nos libere da preocupação, não. Nós temos que ficar preocupados, sim. Mas a USP, o Professor Paulo Saldiva, que é o maior estudioso dessa questão da saúde, fala que há 10 anos nós respirávamos quase que algo sólido. Não era nem oxigênio, Vereador, era tanto gás. Isso fez com que São Paulo fosse considerada uma das cidades mais poluídas do Planeta. Coisa que aconteceu esse ano, não por culpa nossa, mas por causa dos incêndios no Pantanal e na região

amazônica. Nós tivemos vários dias em que São Paulo foi considerada a cidade com pior ar a ser respirado. Vocês lembram, no ano passado, aquela fuligem, a gente tinha que usar máscara, tal. Isso tira quatro anos da vida do paulistano, gente, então é uma coisa bem séria. Quem escolhe morar aqui pode viver quatro anos menos.

Emissão de monóxido de carbono, menos 14% em relação a 2021, menos 10% em relação a 2023. Vejam que a queda é um pouco menor do que a emissão das partículas. E a emissão do CO₂, que é o gás carbônico, menos 0,4% em relação a 2021, menos 10% em relação a 2023. Houve ali um crescimento em 2023. Não é atribuível ao Município ou à Prefeitura.

Quais são as ações que nós temos nesse eixo, nessa estratégia? Regularizar a adoção de critérios de eficiência energética nas edificações, de acordo com os programas nacionais de conservação de energia.

É uma ação não iniciada. Aqui nós estamos na Casa que pode fazer com que ela tenha início, porque nós precisamos de legislação que obrigue as edificações a adotarem os critérios de eficiência energética. Eu acho que a gente precisa fazer com que isso também valha.

Elaborar estudos sobre padrões de consumo energético no município de São Paulo, para adoção de medidas gerais de eficiência. Está em andamento. Nós temos um convênio com a prefeitura de Copenhague, capital da Dinamarca, que está fazendo projetos, a começar do prédio da Prefeitura, do Viaduto do Chá, mas também em algumas escolas escolhidas, unidades básicas de saúde, para colocar padrões de eficiência energética.

Mobilizar esforços para fomentar a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis e a geração distribuída, bem como a melhoria de eficiência energética de equipamentos. Está em andamento. Podia ser mais acelerado assim, mas está em andamento.

Implementar critérios indicadores de eficiência energética na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública. Em andamento. Inclusive, há poucos dias, a Secretária Marcela Arruda, publicou e divulgou o Guia de Compras Sustentáveis. A Prefeitura tem que recorrer a esse Guia agora para as futuras licitações.

Estabelecer norma para aperfeiçoamento de medidas de ventilação e iluminação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 17

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 13 DE 40

natural nos empreendimentos Habitacionais de Interesse Social. Em andamento, mas nós precisamos também dos urbanistas, dos engenheiros civis, dos arquitetos, dos incorporadores dos empreendedores. Eu critico o Nabil, digo que eles erguem edifícios quatro, cinco novos em cada quarteirão, não tem um centímetro de terra para um jardim, para plantar árvore. É ocupar tudo. Ventilação e iluminação natural, parece que não tem ainda, não entrou no radar.

Fomentar a redução das distâncias casa trabalho, de modo a minimizar a demanda por serviços de transporte. Também em andamento. Não é uma ação fácil de ser colocada em movimento.

Aumentar a atratividade do sistema municipal de ônibus, de maneira a promover esse modo de transporte. Também em andamento. A gente nota, às vezes, um retrocesso. Às vezes, qualquer mudança de temperatura ou uma chuva, faz com que as pessoas não tomem ônibus e procurem usar o seu carro.

Fomentar o uso de bicicleta, Renata, como meio usual de transporte, por meio da expansão da infraestrutura e estratégia de sensibilização e comunicação. Em andamento.

Promover a substituição gradativa das frotas de ônibus municipais para veículos zero emissões. Em andamento.

Instituir zona zero emissão no perímetro do minianel viário. Quem é que tem coragem de fazer? Proibir que os veículos cheguem ao centro. Quem aqui tem essa coragem? Então eu acho que a gente um dia vai avançar. Mas será que a gente vai precisar de uma grande catástrofe? Vamos precisar de uma grande tragédia para que a gente chegue a isso. Falar: aqui não entra veículo.

Quer falar, Nabil?

O SR. NABIL BONDUKI - Não, não. Eu falo depois.

Na verdade, criar uma região que não entra carro, talvez não faça muito sentido.

Precisamos reduzir o número de carros da cidade como um todo.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Sim.

O SR. NABIL BONDUKI - E aí...

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 14 DE 40

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Não queremos começar a discutir.

O SR. NABIL BONDUKI - O problema é que as ações da Prefeitura vão muito mais estimular o uso do carro do que restringir seu uso. Então...

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Se tivesse uma região onde o carro particular não entrasse, ela poderia servir de exemplo. Olha como a cidade fica melhor a gente podendo andar a pé. Tem metrô. Eu acho assim, um absurdo, às vezes tem metrô, em cima do metrô passa a linha de ônibus. Não seria um transporte só o coletivo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Não? É? Está bom.

Veja como as coisas são discutíveis. São polêmicas.

A SRA. RENATA FALZONI - Mas respondendo à pergunta de quem tem coragem, Paris tem coragem, Tóquio tem coragem, Shanghai tem coragem, Londres tem coragem. São Paulo tem que ter coragem.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Isso aí, vamos lá.

Garantir que 100% da frota utilizada pela Prefeitura ou terceirizada no serviço público seja zero emissões, em 2040. Está andamento.

Instituir legislação de fomento à distribuição de carga fracionada com o veículo zero emissões dentro do perímetro da cidade. Não iniciado. Também dependemos de legislação. Não é fácil, mas temos de avançar.

Implantação de uma rede de mini terminais logísticos em parceria com a iniciativa privada. Ainda não iniciada. Depende de, talvez, incentivos para a iniciativa privada.

Aperfeiçoar a regulamentação sobre compartilhamento, estacionamento e recarga de veículos elétricos zero emissões. Em andamento.

Universalizar a cobertura dos serviços de coleta seletiva de resíduos secos. Essa foi até atendida. Não é “em andamento”. Ela já está atendida.

Maximizar os processos de compostagem. Em andamento.

Implantar ou implementar ecoparques. Também em andamento.

Incluir no mandato da Autoridade Hídrica Municipal, em processo de estruturação, a realização de reporte periódico de dados de operação e de monitoramento de atividades geradoras de gases do efeito estufa, especialmente em relação a esgoto, pela concessionária dos serviços de água e esgoto. Não iniciada. Talvez com a privatização da Sabesp a gente consiga caminhar nessa direção.

Segunda estratégia. Vejam, foi a primeira estratégia, quantas ações e qual a complexidade? Não é simples um PlanClima. Não é uma brincadeira. É um projeto ambicioso, pretensioso, complexo.

A segunda estratégia, adaptar a cidade de hoje para amanhã. Recordando, construir uma cidade resiliente, por meio da redução da vulnerabilidade social e de sua infraestrutura, de modo que as funções vitais possam ser mantidas após os impactos de eventos extremos. São 11 ações, todas elas em andamento.

E aqui nós temos alguns planos da própria Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas que estão caminhando muito bem, o Plano de Prevenção de Chuvas de Verão, Plano de Baixa Umidade, Plano de Redução de Desastre, Redução de Riscos a Desastres. Nós temos 29 indicadores disponíveis e, 55 deles, mostram avanço.

Quais são os avanços de destaque? Foram entregues, desde 2021, 224.710 famílias que foram atendidas por unidades habitacionais.

Inclusão da análise climática e de estratégia de mitigação e adaptação como requisito para licenciamento ambiental. A somatória de unidades entregues é, evidentemente, ascendente, de 2021 até 2024.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Secretário.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Só para fazer uma correção à V.Exa. Ali são procedimentos de regularização fundiária, não são unidades habitacionais.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Sim, é verdade. Foi muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Eles só se somam a algumas entregas

habitacionais, mais um procedimento e algumas entregas e regularização fundiária.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Foi bom o senhor me falar, Vereador. Muito obrigado. São famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária. Nós sabemos que a regularização fundiária é uma política cidadã, não é uma questão registral. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – A lei atual, de 2022, é de minha autoria e coautoria de vários Vereadores.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Muito bom.

Aquelas pessoas que ocupam às vezes os imóveis, não tiveram condições de adquirir um terreno já regulado, registrado no Registro de Imóveis, mas que tem uma situação consolidada em área regularizável.

Quando o Poder Público regulariza, ele não está fazendo apenas um ato registral junto ao cartório. Não. Ele está dando o endereço para a pessoa, ele está dando dignidade, está permitindo que ela, através dos marcos de garantia, consiga um financiamento para melhorar a habitação e faz com que a pessoa receba um atestado de cidadania. Então é uma coisa extremamente importante. Nós precisamos avançar porque tem uma grande parte do território ainda sem regularização, principalmente no extremo Sul, que é a nossa área de...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Pela ordem. O senhor, junto com a Ana Lúcia Sartoretto, que era a nossa antiga diretora de Resolo, inclusive, têm um livro que trata sobre regularização fundiária.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Mais da lei anterior, antes da Lei Federal de 2017, posteriormente à nossa lei de 2022. Então V.Exa. precisa atualizar o livro.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI - Vou atualizar o livro.

Houve um grande avanço porque alguns conservadores dizem que o Código Civil foi rasgado, porque houve uma série de novas propostas de legitimação, de posse, direito de laje, uma série de coisas. Mas atende à sociedade, Vereador. 87%, o que significa mais 68, em relação a 2022. 87% é a proporção de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil,

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 17 DE 40

chamado NUPDEC, nas comunidades vulneráveis. É contado a partir de 22 porque, em 2021, não havia dado disponível. Tivemos 1.044.800 m² de calçadas requalificadas, desde 2021.

Promover a melhoria da qualidade ambiental do município de São Paulo na perspectiva dos impactos da mudança do clima. Está em andamento. Precisa muito mais? Claro.

Aperfeiçoar o monitoramento da aplicação, eficiência e eficácia dos instrumentos urbanísticos utilizados com a finalidade de promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos impactos da mudança do clima, bem como adoção de fontes renováveis de energia e construção sustentável. Em andamento.

Incrementar provimento habitacional para a população de baixa renda. Em andamento.

Aumentar a área permeável dos equipamentos e espaços públicos novos e existentes. Em andamento. Nos últimos quatro anos, foram investidos quase 10 bilhões em macrodrenagem, microdrenagem, limpeza de córrego, desentupimento de bueiros, edificação de muros de contenção e arrimo para evitar desabamento, ilhas de chuva.

Precisamos multiplicar também as vagas verdes, tirando uma vaga de automóvel e devolvendo à natureza o que nós subtraímos dela, não é? Aí a gente precisa, Renata, convencer a comunidade, porque ninguém quer que a vaga esteja em frente à sua casa, como não querem também árvore em frente à sua casa, porque quebra calçada, cai folha, esconderijo de bandido etc. Vamos mudar essa cultura?

Incrementar o uso de soluções baseadas na natureza nas obras de infraestrutura e drenagem. Em andamento. Precisa convencer também os urbanistas, os arquitetos, os engenheiros civis, as incorporadoras, o Secovi e toda essa poderosa indústria da construção civil.

Requalificar os espaços públicos viários de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência. Em andamento. É bonito de a gente verificar que setores da comunidade estão fazendo isso.

Nabil, eu não sei se você estava naquele movimento. A Renata estava no Desperta,

que é uma requalificação de uma área, a recuperação de um córrego, não é Marina? São coisas que partem da própria comunidade.

Mapear zonas críticas inundáveis, adotando a perspectiva da ocorrência de eventos climáticos extremos e objetivando sua incorporação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Em andamento. E é muito bom a gente verificar que foram entregues, na semana passada, quatro novos Cadernos de Drenagem. Hoje já são 33. Um levantamento do diagnóstico geológico, hidrológico e de vulnerabilidade social. Nós vamos chegar a 59 Cadernos, mas isso é um indicativo, uma diretriz para que o Poder Público enfrente as prioridades, os lugares mais vulneráveis.

Dar seguimento ao programa Córrego Limpo, incluir análise de vulnerabilidade climática e estratégias de mitigação das emissões dos gases do efeito estufa e adaptação aos impactos da mudança do clima nos empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental ou estudo de impacto de vizinhança. Estabelecer critérios que permitam e orientem a destinação de recursos dos fundos municipais para ações de mitigação e adaptação à mudança do clima e fortalecer a governança do Sistema Municipal de Defesa Civil para uma gestão intersetorial e transversal da redução de risco e desastres. Não falei “em andamento” porque todas elas estão em andamento.

A terceira estratégia, proteger pessoas e bens. A cidade de São Paulo, apesar de sua população extraordinária e da grande desigualdade social, pretende tornar-se mais segura e sustentável, e construir processos eficientes de preparação e prevenção, com objetivo de proteger as pessoas e a infraestrutura urbana, em especial, as mais vulneráveis e expostas aos riscos e ameaças de eventos extremos climáticos. São sete ações, 86% delas em andamento, 16 indicadores disponíveis e 75% de indicadores com avanço.

Quais são os avanços de destaque nessa estratégia? Cem por cento em relação a 2021. São 28 feiras livres cadastradas no Programa Municipal de Combate ao Desperdício de Alimentos. O mundo joga fora, a cada dia, um bilhão de toneladas de comida. Comida preparada, manipulada. Isso tem que começar em casa, tem que começar na escola. Não encher o prato e

depois deixar comida no prato, só se servir daquilo que vai realmente comer. Isso a gente aprendia em casa, não é, Renan?

Aumento de quatro vezes em relação a 2021; 477 projetos do PAVS, com temática da mudança do clima; 22 Unidades Sentinela, do Programa Vigiar, são mais 16 unidades em relação 2022; 12.909 visitas domiciliares dos PAVS que abordam o tema da mudança do clima. É um trabalho de formiga, quase anônimo, de pessoas que vão de casa em casa alertando as pessoas sobre os riscos que podem sobrevir. O número de visitas praticado, em 2021, é de 49 vezes.

Nós temos mais de 230 profissionais, em relação a 2021, hoje são 292, aqueles profissionais de saúde capacitados em preparação a eventos climáticos extremos. Temos aumento de 19 vezes, em relação a 2021, ou seja, não havia nada, em 2021, hoje, foram realizadas 19 capacitações para ampliação das Unidades Sentinela.

Criar o plano de contingência de seca, adotando as medidas para a sua operação. Não iniciado. Ou seja, nós tínhamos a tradição das enchentes, nós tínhamos preparo, expertise para combater o frio, não tínhamos a experiência com a seca e com as temperaturas extremas. Estamos aprendendo. Mas isso ainda não foi iniciado. Criar um plano de contingência de seca.

Ampliar medidas de adaptação e fortalecer a capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde em situações de eventos extremos, com ênfase na população vulnerável residente nas áreas periféricas. Atualizar, anualmente, o Plano Municipal de Contingência de Arboviroses para aperfeiçoar as ações de enfrentamento dos riscos associados à mudança do clima.

Fortalecer o Programa Vigiar, expandir o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis para todas as Unidades Básicas de Saúde, ampliando a incorporação das questões da mudança do clima; combater o desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar em todo o município; aperfeiçoar os protocolos de paralisação preventiva do sistema de mobilidade, inclusive com alertas no caso de eventos climáticos extremos. Tudo está em andamento e eu acho que todos nós já experimentamos aqueles alertas que nós recebemos, mesmo quando o

celular está desligado, dizendo que vai haver uma tempestade, etc.

Quarta estratégia: “Mata Atlântica, precisamos de você”. São Paulo deverá apoiar políticas públicas transversais, visando a promover o aumento da conservação e a preservação de áreas verdes, de modo a manter os serviços ecossistêmicos e favorecer a adaptação a eventos extremos, especialmente para a população mais vulnerável às ameaças da mudança do clima. São três ações, todas elas em andamento, e seis indicadores disponíveis, metade em avanço.

Quais são os avanços em destaque nessa estratégia? Estudo iniciado de espécies arbóreas resilientes das mudanças climáticas: pela primeira vez, São Paulo vai ter um inventário arbóreo. Consta que nós temos 650 mil árvores em São Paulo, nos logradouros públicos. A USP diz, de acordo com o levantamento por satélite, que nós temos 89 milhões de árvores em São Paulo, número que me impressiona, mas acho que deve estar contando tudo, mesmo aquelas árvores que estão nos jardins internos das residências e campo de futebol. Tudo que é área verde está incluído nisso.

Cadastro de áreas de patrimônio ambiental do município de São Paulo elaborado e disponibilizado: 66% de adesão aos pagamentos por serviços ambientais. Hoje, 23 áreas paulistanas recebem recursos por prestarem serviços ambientais, o que representa aproximadamente 66% do total de 35 áreas que podem ser contempladas por ano, por um Edital FEMA 04/22.

Promover o plantio de árvores nativas e resilientes às mudanças climáticas, de maneira a proteger a biodiversidade e promover a melhoria do conforto térmico da cidade; fortalecer meios e instrumentos de conservação da biodiversidade do capital natural e dos serviços ecossistêmicos ambientais; e proteger e requalificar nascentes e cursos d’água – todas as três ações estão em andamento.

Finalmente, a última estratégia: “gerar trabalho e riqueza sustentáveis”. A cidade deve empreender esforços para buscar a sustentabilidade e reduzir progressivamente externalidades negativas das atividades econômicas, propiciando a melhoria constante das

práticas vigentes e implementando novas cadeias de valor. São quatro ações, todas elas em andamento, 15 indicadores disponíveis e 53% de indicadores em avanço.

Os avanços em destaque: nós temos 2.950 capacitações formais de educação ambiental com temática da mudança do clima a profissionais da educação, quase todas elas feitas na Umapaz, que é aquela nossa universidade que fica no Ibirapuera e que faz um serviço maravilhoso. Isso significa quatro vezes mais o número de capacitações que se fizeram em 2021.

Noventa produtores agrícolas têm certificação de produção orgânica. É o dobro do valor de 2021. São Paulo tem muita agricultura orgânica. Tem muito plantio. Nós competimos com Holambra, Vereadora Renata Falzoni, em relação a plantas ornamentais, lá, no extremo Sul, no nosso ecoturismo. São 89% a mais em relação a 2022, nas unidades incluídas no cadastro municipal de hortas urbanas comunitárias. Hoje, são 217 as cadastradas, mas nós temos mais de mil não cadastradas. Houve o investimento de oito milhões no programa Operação Trabalho Agricultura. São mais cinco milhões em relação a 2022. São 2.671 trabalhadores envolvidos em atividades de agricultura orgânica, mais de 78% em relação a 2022 – valor indisponível em 2021 – e 933 feiras parceiras cadastradas para comercialização dos produtos *in natura*. Todas as ações também estão em andamento.

Mobilizar esforços para promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida sob a perspectiva de uma economia circular e carbono zero; promover e aprofundar a temática da mudança do clima nas ações da política municipal de educação ambiental, fortalecendo sua implantação e ampliando os públicos-alvo; fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos; fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica – tudo está em andamento.

Isso terminaria aí. Eu peço escusas pela longa enunciação, mas, quando vocês tiverem esse relatório, vocês vão ver o número de páginas. É muita gente trabalhando, tentando avaliar e tentando aprimorar, mas, para além do PlanClima, aquilo que não estava no PlanClima, até a publicação do relatório, que foi no mês passado, julho de 2025, nós avançamos em

iniciativas que vêm convergir com o objetivo da SECLIMA. Eram frentes não previstas originalmente no nosso PlanClima, que agora a gente vai incluir.

Considerando que neste ano também foi iniciado o processo de revisão – que está em andamento, ainda; não terminou a revisão –, nós vamos destacar alguns avanços que dialogam com os objetivos das estratégias do plano e que poderão subsidiar a incorporação de novas ações e o aprimoramento de metas na atualização em curso. Todos os interessados podem fazer sugestões e participar desse processo. É um processo que tem que envolver a comunidade. Se a comunidade não acordar para a questão climática, não vai adiantar a Prefeitura pensar.

Então, diversamente do restante do relatório, os dados de avanço apresentados neste capítulo referem-se a informações atualizadas até junho de 2025. As outras eram todas de 2024. No rumo ao carbono zero, na primeira ação, nós temos 83 caminhões de coleta de resíduos que passaram a operar com biometano, contribuindo para a redução das emissões. A meta é substituir toda a frota por veículos sustentáveis até 2027, até porque as duas concessionárias que fazem a coleta já produzem o metano nos seus ecoparques.

Lançamento de guia de compras públicas sustentáveis: eu adiantei, falando o que a Secretária Marcela já divulgou. Orienta a adoção de critérios ambientais em processos de aquisição no município.

Início da operação do Aquático São Paulo: uma iniciativa de mobilidade urbana com um impacto positivo na descarbonização. Quem passou a percorrer o espaço da represa até Santo Amaro em 15 minutos – e antes demorava uma hora e 40 – elogia muito esse programa, que vai continuar. A cidade já tem 841 ônibus elétricos em julho, sendo 650 elétricos, mesmo, mais 201 trólebus.

Na segunda estratégia, “proteger pessoas e bens”, nós temos, hoje, seis armazéns solidários em operação, promovendo segurança alimentar e resiliência comunitária em territórios vulneráveis. São armazéns que vendem pelo preço de custo. A população carente está gostando bastante.

O “Mata Atlântica, precisamos de você” tinha poucas ações, mas nós tivemos um plantio de 79 mil árvores em áreas urbanas e de proteção ambiental ao longo de 2024. Em 2025, nós pensamos em plantar pelo menos 120 mil novas árvores e estamos convidando toda a população. Cada pessoa podia plantar uma árvore. Se a gente conseguisse isso, nós teríamos não 120 mil. Nós teríamos 12 milhões de árvores novas em São Paulo. Não é, Vereadora Renata Falzoni? Somadas aos 120 parques existentes na cidade, serão plantadas 120 mil novas árvores, contribuindo para aumentar a área verde da cidade, que já ultrapassa 54%. Aí, está incluído tudo o que é verde. É aí que entram o gramado, os canteirinhos e tal.

Publicação de decretos de utilidade pública para expropriação de mais de 11,1% do território municipal, com vistas à criação de 15 novos parques urbanos e 23 unidades de conservação pública – o Prefeito Ricardo Nunes gosta de falar que essa área é superior ao território de Paris.

Ampliação do monitoramento tecnológico de parques municipais, com foco na prevenção de incêndios e queimadas: nós conseguimos apreender, com esse sistema, 160 balões, só no mês de junho – e não é um balãozinho desses que a gente compra, não, nas casas de fogos, que nem sei se existem. São balões de 60 metros, com quatro grandes tochas.

Criação de parques lineares em torno de corpos d’água, como o Parque Linear Córrego Itaquera e o Parque Linear Sarah/Córrego do Hospital, fortalecendo a conexão entre infraestrutura verde e gestão hídrica, e 10 bosques urbanos na cidade, com o objetivo de preservar a biodiversidade através da recuperação florestal – até o final de 2028, serão 50 bosques.

Na última estratégia, “gerar trabalho e riqueza sustentáveis”, o programa Sampa+Rural já beneficiou mais de 600 locais de produção agrícola, consistência técnica e equipamentos. Esse pessoal que vive da agricultura tem de ser incentivado e estimulado a permanecer ali, porque são eles que fornecem a nossa alimentação. Quanto menos alimento ultraprocessado, melhor. Quanto menos química, melhor. Vejam, nos Estados Unidos, todo mundo padecendo de obesidade e câncer. Aqui, nós estamos num caminho inverso, da saúde.

Retomada do programa Escola Estufa: com cinco unidades em operação, integrando educação e sustentabilidade no ambiente escolar.

Os programas Acelerando Hortas e Semeando Negócios apoiaram, respectivamente, 38 e 29 empreendimentos da agricultura urbana e periurbana, com mentoria, capacitação e aporte financeiro.

Essa faixa verde é para dizer que a exposição era essa. Eu peço desculpas ao Vereador Fabio Riva por haver me alongado. Eu fico fazendo parênteses, porque eu sou apaixonado por essa questão ecológica e eu falo que o ambiente não tem partido. Não tem ideologia. Não pode ficar preso às nossas questiúnculas, às nossas mesquinharias. É uma questão de salvação da humanidade.

Gosto sempre de repetir: não é o planeta que está correndo risco. O planeta vai continuar a existir, como sempre existiu. Porém, se nós continuarmos assim, ele vai prescindir da espécie humana. Somos nós os que vão ser descartados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Dr. Nalini. É muito importante o senhor ter esse direito de fala, de poder se expressar. Acho que hoje o tempo foi dedicado a essa brilhante apresentação. Eu acho que cabe a cada um de nós uma grande reflexão por todos esses temas abordados.

Só informo que, por termos de protocolo da audiência pública, já estão encerradas as inscrições. Nós temos quatro munícipes inscritos e temos os Vereadores inscritos, também: Nabil Bonduki, Marina Bragante e Renata Falzoni.

O Vereador Nabil Bonduki pediu para fazer uso da palavra ou o senhor prefere ouvir os quatro munícipes e depois a gente retorna?

O SR. NABIL BONDUKI – Não, eu acho que eu poderia falar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – A palavra é de V.Exa.

O SR. NABIL BONDUKI – É só para fazer uma reflexão. Primeiramente, quero cumprimentar o Vereador Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Quero registrar que o Vereador Isac Félix está presente, de forma *on-line*, e também há um munícipe inscrito de forma *on-line*, que nós vamos chamar na sequência.

O SR. NABIL BONDUKI – Então, cumprimento, primeiramente, o Presidente desta sessão, Vereador Fabio Riva, por ter proposto esta audiência pública, e o Secretário Nalini, dizendo que eu compartilho praticamente de todas as questões que o senhor levantou, como princípio. Ou seja, até por conta de esse tema, de mudanças climáticas, estar muito em evidência neste ano, eu tenho feito muitas palestras sobre ele e falo muitas das coisas que o senhor falou aqui, como sua opinião sobre o tema.

Contudo, eu quero fazer uma reflexão e eu acho que talvez o relatório completo vá poder mostrar melhor isso, porque, quando a gente fala em ação em andamento, esse andamento pode ser um passo em um milhão de passos e a emergência climática, como o senhor mencionou e como todos nós entendemos que exista, não permite que a gente tenha esse tempo. Então, eu acho que o relatório completo talvez traga isso. Alguns números o senhor colocou aqui. Evidentemente, eles já demonstram um pouco isso, porque você tem uma dimensão.

Vamos dizer assim, há alguns números, porque não são poucos os que aqui foram colocados, e eles mostram, por exemplo, seis mil toneladas de poda de árvore. Em três anos, representa metade do que é uma quantidade de resíduos diária na cidade de São Paulo. Então, é muito pouco. A quantidade de calçadas: um milhão de metros quadrados de calçada representa provavelmente 300 quilômetros, numa cidade que tem 15 mil quilômetros de ruas. Então, esses números precisam ser mais bem balizados e essa é a grande questão de que eu sempre tenho falado, sobre esse tema.

Há pouca gente, mas existem, ainda, negacionistas. Agora, com o Trump, nos Estados Unidos, ali, claramente negacionista, vai crescer esse número de negacionistas. Entretanto, eu tenho visto muita gente que não se diz negacionista, mas que, na hora de se implementarem as medidas necessárias, são absolutamente tímidas ou inexistentes.

Acho que a Vereadora Renata Falzoni vai falar disso com certeza, mas eu vou me antecipar à sua fala. A Prefeitura apresentou um Plano de Metas e um PPA que têm um conjunto enorme de obras viárias para o automóvel. O maior investimento da cidade, na verdade, nesse período, vai ser em termos de obras viárias: o túnel da Roberto Marinho, o túnel da Sena Madureira, o alargamento da Rua Ribeirão Claro e várias outras intervenções. Isso obviamente estimula o uso do automóvel.

Então, a gente está com uma das principais questões colocadas aqui, para chegar em carbono zero, que é a mobilidade. São 61 ou 65. Varia um pouco, mas em torno de dois terços das emissões de gases de efeito estufa vêm da mobilidade, principalmente do automóvel. Então, nós teríamos que ter uma ação radical no sentido de não ampliar o viário, salvo, talvez, em algumas situações críticas, principalmente na periferia da cidade, onde, realmente, as condições de deslocamento são muito ruins, até mesmo para o transporte coletivo, e investir esse recurso para acelerar outras ações que são fundamentais. Então, eu acho que há uma questão estratégica aí.

Em todas as minhas palestras sobre esse tema, eu falo que nós precisamos de outro modelo de desenvolvimento urbano para a gente enfrentar a emergência climática, porque o modelo que nós tivemos no século XX não é sustentável e, se ele não for, assim, radicalmente alterado, eu concordo consigo, que falta coragem e falta reconhecimento da população. Nisso eu concordo inteiramente, mas, aí, eu acho que a Prefeitura tinha que ter uma ação, em vez de exaltar ações que eu acho que ainda são tímidas, em uma forte campanha de educação ambiental, de difusão de informações, para que faça essa reversão, para que a população tenha clareza de que certas medidas que são, normalmente, consideradas impopulares, elas deixam de ser impopulares. E tem governantes que tem coragem de, às vezes, fazer uma operação impopular, mesmo sabendo que isso vai ter um custo político. E um custo político, às vezes, é grande. Já tivemos exemplos desse tipo aqui na cidade de São Paulo.

Por exemplo, quando a Prefeita Marta Suplicy quis implementar a taxa de lixo, eu acho que também teve equívocos na maneira como isso foi levado adiante, mas de qualquer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 27 DE 40

maneira, isso teve um peso decisivo na sua não reeleição. Uma medida, absolutamente, importante para reduzir a quantidade de resíduos. São vários temas. Eu não vou me estender, mas eu acho que temos uma certa dissonância entre o que falamos, as ações propostas etc. e a execução efetiva dessas políticas por parte da própria prefeitura. Não só da prefeitura, mas podemos falar de todos os níveis de governos. O próprio Governo Federal, tem também contradições entre o próprio governo.

Então, como o senhor falou, e eu concordo, não é uma questão partidária. Acho que esse tipo de ação, ela tem que ser uma ação de estado e não de governo. E a gente precisaria ter, na verdade, um conjunto amplo de, quase uma frente política. Nós três Vereadores, não é por acaso que estamos nesta mesa. Decerto nós formamos uma frente parlamentar voltada ao direito à cidade e as mudanças climáticas. Acho que esse tipo de ação governamental, ela tem que ser ampla, suprapartidária. É fundamental que a gente possa ter mais debates como esses e debates, não só a nível de diretrizes e ação, mas na discussão efetiva das políticas, dos investimentos que são realizados na ponta, porque sem eles nós não vamos fazer a mudança, e claro que você pode ter um alguma coisa em andamento, mas o efeito disso ele é pouco significativo no total do que o município precisa alcançar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Vereador Nabil. Só lembrando que as 14h nós precisamos encerrar a audiência pública porque tem a Comissão de Saúde, no horário.

Então vou passar, com a permissão da Vereadora Marina, da Vereadora Renata, ao público presente. Público em geral, são três minutos.

Com a palavra o Professor Marcelo Arno Nerling, da USP, na sequência, o Davi Coelho, Patrícia e o Rafael Gândara Calabria e por fim, chamo a Elisa, de forma *on-line*. A Elisa está de forma *on-line*? Não. Só para fazer na sequência e ter o cumprimento dos nossos horários. Obrigado.

Sr. Marcelo Arno Nerling, da USP.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Bom dia a todos. Sr. Secretário, Sras. e Srs.

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 28 DE 40

Vereadoras, Sr. Presidente da mesa, a quem nos assiste aqui, especialmente, aos alunos da Universidade de São Paulo que cursam a disciplina Cidade Constitucional e Orgânica.

Primeiro destacar o seguinte, a velha retórica. O Art. 86 do Regimento Interno, diz que o expositor convidado deveria ter 20 minutos para falar e depois prorrogáveis por mais 20 minutos, segundo a comissão e que a mesa deveria ser composta por defensores e opositores das matérias em comento. Então, realmente, destacar que não há um cumprimento regimental. Esse cumprimento, ele diz que o Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - O Presidente da sessão, primeiro, para o senhor saber: uma audiência pública e o presidente da sessão tem a condição de deliberar. Se o senhor quer fazer algum tipo de procedimento aos seus alunos, o senhor faça, mas o senhor use os três minutos para o assunto em tema, por favor. Eu acho que é bastante pertinente e importante.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Isso é pedagógico. Eu acho que o que nós estamos vivendo é pedagógico e mostra exatamente o que é uma audiência pública que ela não serve para ouvir, mas sim para que as pessoas venham ouvir. E daí para que as pessoas venham ouvir, o que eu vejo claramente aqui é o seguinte: eu entro no *site*, mudanças climáticas não tem nenhum dado desse que está colocado aqui. Não está aqui na primeira página, certo? Essa é a primeira questão.

Segunda questão vem nos dizer que vão entregar um relatório. Nós estamos elaborando um novo plano e nós não temos um relatório? Nós não temos um diagnóstico. Que ciclo é esse de formulação, implementação e avaliação de política pública? Aonde? Como?

Segundo, como é que tem uma Secretaria sem dotação orçamentária? Isso não gera nenhuma preocupação? Como assim, uma Secretaria que não tem gasto, não tem programa?

E aí nós entramos na questão do programa. Tudo o que eu vejo aqui são cinco eixos. Esses eixos divididos em 13 ações, 11 ações, 6 ações, 3 ações e 4 ações. Então, eu não tenho o que? Eu não tenho o cumprimento da Lei 4320 de 1964 e nem o cumprimento da Lei Complementar 101. Por quê? Porque à medida que eu não tenho programas dentro dos orçamentos e eu não tenho o orçamento funcional programático, eu não executo o Art. 17 da Lei

de Responsabilidade Fiscal, que fala sobre os programas de duração continuada. Ou seja, que o programa só saísse de dentro do orçamento à medida que ele atingisse indicador e meta? Portanto, nós não cumprimos a Lei de 4320. Nós não cumprimos a Lei Complementar 101. Esta administração pública é um verdadeiro vexame que nós estamos assistindo e a gente vem com indicadores sem contraposição e sem um diálogo de fato construtivo, republicano e digno.

O que está sendo apresentado aqui não serve, certo? Não serve para ensinar. E se não serve para ensinar, não é pedagógico para a implementação. O que estamos pedindo é que se cumpra a Lei Orgânica, que se cumpra o Regimento Interno, que reveja o que é uma audiência pública e que as autoridades venham para a audiência pública uma vez na vida para ouvir. Isto é uma audiência pública e não chamarem as pessoas aqui para virem ouvir dados que deveriam estar na transparência ativa e que nós não precisaremos de uma hora e meia para que alguém leia para gente o que a gente sabe ler.

Muito obrigado. De qualquer forma, Excelência, isso não é uma questão pessoal, isso é uma questão republicana e é uma questão de descumprimento da norma.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado. Próximo inscrito, Sr. David Coelho.

O SR. DAVID COELHO - Boa tarde a todos. Eu venho aqui como cidadão e representante da sociedade desse município e posso dizer, pela vontade de muitos, inclusive, que não gostamos de representantes alto vaidosos que se envaidecem, mas não vem ao caso. Esse não é o problema que eu quero discutir.

O que eu quero dizer é que é interessante a forma que está sendo implementado, algum dos programas em relação ao combate climático. Só que existe uma falta de organização clara nisso. Por exemplo, na Av. Queiroz Filho, nesse exato momento, está sendo colocado mais uma ciclofaixa. Só que ela está sendo construída num canteiro arborizado, ou seja, está cimentando a área que tem árvores e grama, sendo que a avenida é longa. Ela tem espaço, tem três vias em cada sentido. Ou seja, não seria mais óbvio destruir, ou melhor, diminuir o espaço dos carros e criar a ciclofaixa na via que já existe, em vez de ocupar o espaço que está sendo

destinado ao meio ambiente, ou melhor, as árvores que já estavam lá? Eu acho importante isso.

Outra coisa que irritante. O gasto público em relação à promoção do meio ambiente, porque você tira o dinheiro que você, supostamente, tem que fazer propaganda assim ou ensinar a população a trabalhar e a respeitar o meio ambiente. Só que isso desvia e muito recursos do que é realmente o ponto principal, que é combater os problemas climáticos.

Outra coisa que foi falado nessa sessão que eu acho interessante e irônico, pode se dizer hipócrita da parte de todo mundo, falar que não pode proibir os carros no Centro da cidade. Ótimo, ninguém falou em proibir os carros, mas poderia, por exemplo, proibir a utilização de carros particulares para uma única pessoa. Porque não adianta nada você ter um ônibus elétrico se fica preso no trânsito e quando você olha pela janela, você vê que via inteira está ocupada por um trânsito causadas por pessoas que estão usando o veículo unicamente exclusivamente para elas. Se pelo menos fosse proibido a utilização de carro particular, isso já diminuiria o trânsito e diminuiria o custo das pessoas em se transportar, principalmente, as pessoas que estão em transporte público, e principalmente diminuiria a poluição.

E isso eu vejo que ninguém quer fazer, o que é interessante e poderia ser a primeira coisa a fazer, porque não estamos proibindo o carro ou proibir o carro de ser utilizados, estamos falando de autorizar o uso de carros por apenas duas pessoas ou mais...exclusivamente para um único indivíduo, não! Além disso, eles falaram sobre a redução de impostos e tudo mais para incentivo de carros elétricos. O que vemos, é que existe uma redução de impostos para carros elétricos, mas não é o suficiente, poderiam reduzir mais o ISS, imposto municipal para poder dar incentivos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Próxima Sra. Patrícia Sepe, do Sindicato dos Geólogos.

A SRA. PATRÍCIA SEPE - Boa tarde a todos! Boa tarde, Secretário. Sou Geólogo da Prefeitura há 33 anos, concursada. Hoje estou no mandato do Vereador Nabil Bonduki. Estou aqui fazendo uma fala enquanto Sindicatos dos Geólogos. Acho que o senhor apontou uma questão superimportante, questão da adaptação.

Gostaria de perguntar ou até questionar, orçamento climático, como o senhor coloca e o orçamento climático para adaptação? Nós temos um plano municipal de redução de risco feito por uma contratação de uma fundação da USP. Que, na nossa opinião, deixa muito aquém do que é desejável, mas indica 100 obras prioritárias em áreas de risco. Nós temos hoje mais de 480 áreas de risco, só de deslizamento. Essas áreas são extremamente vulneráveis. Eu queria que o senhor, pudesse falar e pegando um pouco do que o professor colocou, como é que se relaciona o plano de metas, a execução orçamentária, o plano setorial, por exemplo, plano municipal de risco? Porque nós acompanhamos muito *pari passo* e vemos que as obras de risco estão espalhadas na Secretaria de Infraestrutura, nas Subprefeituras e não dá para ser assim.

Uma demanda nossa, do Sindicato dos Geólogos, por exemplo, os fundos, como Fundurb, se tivessem explicitamente um percentual para a execução em obras de risco e não ser usado, por exemplo, para pavimentação, como foi feito no ano passado como um todo. Então queria pontuar isso.

Como o Nabil colocou também, temos coisas que basta um ou dois passos, a gente teria grande possibilidade, com grande impacto e coisas a longo prazo.

Lembrando ao senhor que nós temos uma carta geotécnica desde 1991 e nós atualizamos com muito orgulho no final do ano passado e muito pouco da carta geotécnica foi considerada na revisão da Lei de Uso Ocupação do Solo. Temos problemas superimportantes de ocupação de várzea que a carta geotécnica indica, mas na revisão da Lei de Zoneamento isso não foi considerado. Seria um pouco isso.

E para finalizar, enquanto o sindicato de geólogos, defendemos de que precisa ter uma contratação maciça de profissionais, engenheiros, arquitetos e geólogos. As Secretarias estão sucateadas. Eu, por exemplo, já poderia estar aposentada. Não há mais concurso para Geólogo, não há concurso para Engenheiro, não há concurso para Arquiteto. Precisamos ter assistente social e a gente não quer que esse tipo de trabalho seja terceirizado. A gente precisa do técnico efetivo que tenha a memória. Então é isso, por mais concursos e valorização da nossa carreira, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Próximo Rafael Calabria.

O SR. RAFAEL GÂNDARA CALABRIA - Boa tarde. Também sou do Gabinete do Nabil, vim falar das questões de mobilidade que me pediram para falar, que estão acompanhando a audiência pelo YouTube, não puderam estarem presentes por causa do horário da audiência. A principal que me pediu é a Cidade a Pé, associação de pedestres de São Paulo, o comentário que temos feito e estamos contribuindo com o plano é de ter um plano mais estrutural de pedestres e não ficar salpicando projetinhos pontuais. O plano de mobilidade de 2015 fala de um plano municipal de pedestres, ter uma rede continuidade, calçada integrada com a travessia e ter uma lógica contínua.

Outro ponto importante que tem muita gente debatendo, é a pauta do ônibus elétricos e temos confrontado esse discurso de que a culpa é da Enel. A Lei é de 2018, vai fazer 10 anos no final do mandato e a prefeitura demorou quatro anos para começar a agir. E quando começou a agir, deixou na mão dos concessionários de ônibus adquirir o carregador. Todo o setor que debate isso há anos - o teste com elétrico é feito desde 2009 pela MTU de São Paulo - sabe da importância do carregador e a prefeitura delegou a responsabilidade disso para o concessionário que não tem tanto interesse. Acabou também atrasando a obra e se somou ao atraso da Enel. Então não é só culpa da Enel, é culpa de atraso da prefeitura. E isso não foi endereçado ainda. A Prefeitura precisa ter uma estratégia de aquisição dos carregadores. Não é só ficar pressionando a Enel. Algumas cidades, como é o caso de Cascavel, Rio de Janeiro a prefeitura tem adquirido carregadores e implementado nas garagens e não esperado a ação.

E, por fim, só corroborando com a fala do Nabil. Acho importante, Secretário, que a Secretaria abrace a causa, já que não vamos conseguir brigar com o usuário de carro que paremos de incentivar. E acho que a Secretaria precisaria encabeçar internamente a briga contra esses túneis que estão sendo propostas. As duplicações dessas obras no plano de metas, são mais de 15. Algumas não estão equivocadas, mas a da Senna Madureira, a da Ribeirão Claro e a extensão da Marginal Pinheiros, já com movimentação de moradores contrários as obras, são projetos da década de 60, muito anterior à crise climática atual. Alguns, inclusive, estão usando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 37

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 33 DE 40

o projeto da década de 60, o que é bastante equivocados. Então, acho que a Secretaria, junto com outras ligadas à pauta do meio ambiente, precisa comprar a briga contra a obra. Não é ruim não fazer a obra. A obra vai piorar o trânsito, vai piorar a qualidade climática, piorar a vida no entorno. Então a Secretaria precisa comprar essa briga contra essas obras absolutamente ultrapassadas e equivocadas.

Último ponto que esqueci de falar está sendo julgado, hoje, no Tribunal de Justiça a derrubada da lei que foi aprovada na Câmara no final do ano, que tirou a meta parcial da eletrificação dos ônibus, que previa 50% até 2028. Então, se derrubada for derrubada pelo TJ a meta parcial volta a valer, o que acelera a pressão sobre a eletrificação, como tem atrasado. É importante estar atento a isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sra. Elisa Ramalho Rocha. (Pausa) Ausente.

Com a palavra a nobre Vereadora Marina Bragante.

A SRA MARINA BRAGANTE – Obrigada, Sr. Presidente Fabio Riva. Boa tarde. Obrigada, Secretário, pela apresentação. Eu fiz um monte de anotações. Eu vou tentar construir a minha fala com a linha que dê para seguir, eu fui tentando pegar enquanto o senhor falava, dava vontade de pegar o microfone o tempo inteiro assim para conversar.

Mas acho que a primeira coisa, quando a gente apresenta dados numa cidade que é tão grande quanto São Paulo, é importante ter dados de comparação. Então a gente fez 600 de quantos? Quantos que a gente não fez? Porque São Paulo é muito grande. Então qualquer número que a gente mostra parece que é muita coisa, mas quando você joga na cidade fica pequena. Eu senti falta de saber essa proporção. A outra coisa é prazo e acho que a Nabil já falou aqui do primeiro passo, sem mil passos que precisa dar. Então está em andamento, mas o quanto está em andamento? Qual a previsão de conclusão? Para a gente poder acompanhar, fiscalizar, que é parte do nosso trabalho. Talvez para mim, o que é mais importante que eu senti falta do porquê que a gente não alcançou. Porque aqui eu acho que tem um espaço de reflexão. E quando a gente escuta o senhor falar. Ah, todos os Secretários podiam falar como Nalini. Porque eu entendo que o senhor de fato tem compromisso com a pauta. Mas não é isso que a

gente consegue enxergar quando a gente olha para a Secretaria inteira. Então, o ponto de reflexão do porquê que a gente não conseguiu fazer? O que que faltou? Onde a gente errou? Aonde a gente não pôs dinheiro? Aonde a gente priorizou derrubar a árvore em vez de manter as que estavam inteiras e cuidar delas? Esse eu acho que é um ponto bastante importante para a gente compartilhar com a cidade, ajudar a prefeitura a pensar sobre isso e refletir.

E aí é, eu tenho alguns exemplos que eu anotei. Eu tenho vários, mas vou pegar alguns para gente poder refletir sobre o que está apresentado e sobre o que a gente está vivendo. Acho que tem uma desconexão entre o que a prefeitura entende dos dados e que a sociedade civil, os ambientalistas vêm estudando. Vem se aperfeiçoando, vem é se apropriando do tema e a gente não está conseguindo aproximar, porque quando a sociedade civil fala, a prefeitura não escuta. Não escuta no plano de metas, então, as pessoas deixam de ir à audiência pública. A gente está agora com as audiências do Pigiris acontecendo e tem umas nove pessoas indo.

Então, está errado. E não é esta prefeitura necessariamente. Esta que está sentada agora não está incentivando, mas é histórico. Eu acho que é importante a gente falar sobre isso.

Então vou pegar alguns exemplos. Acho que o Nabil falou da história do incentivo ao uso do carro. A gente fala do trânsito, mas a gente quer abrir mais rua. Em vez a gente falar, não vamos abrir mais rua, a gente vai pôr mais ônibus, a gente vai pôr uma lógica de mobilidade na cidade que contemple 2025, que contemple o que a população precisa. Isso não é sentido pela Casa e nem é sentido pela população.

Estava ali o dado de que 79 mil árvores foram plantadas em 2024. Eu, rapidamente, no Google e com a minha assessoria, a gente achou uma notícia que fala que 45 mil foram derrubadas em 2024. Daí, se a gente está derrubando 45 e plantando 79, a gente está deixando 35 mil. E falta, a sua fala traz a relevância da árvore.

Então, esse dado de quantas a gente está plantando e quantas a gente está deixando serem derrubadas em nome, sei lá eu da Sena Madureira, é importante para a gente entender a perspectiva da cidade como um todo. A gente fala que precisa economizar energia, mas, daí a gente acha como a melhor solução para os resíduos um incinerador que vai precisar de energia

para funcionar. É muito difícil de falar, estamos mesmo pensando no meio ambiente? A gente institui 100% de coleta seletiva nas ruas, mas a gente explica como faz e conta para quem, que dia vai passar, para 0% da população.

Então, é um investimento que não é pequeno no nosso orçamento, com um retorno, sei lá, eu. É pífio, é ridículo, dá vergonha, porque, efetivamente, a gente está pondo uma coisa sem contar como faz, quando faz, como é que melhora, trazendo a informação, tipo, custa tanto para fazer isso, a gente está precisando melhorar. Envolvendo a população, as soluções que olham para o clima, elas não acontecem a partir de uma pessoa ou de um Executivo. Elas precisam envolver a população. E, aí, isso significa na gestão dos resíduos, na mobilidade, na relação com as árvores, na eficiência energética, tudo isso precisa envolver a população. Mas, se a gente tem um Executivo que não envolve a população, a gente gasta recursos públicos sem ter o retorno que a gente precisa. A gente fala sobre resíduos e a gente renovou o contrato sem discussão com a população no ano passado. Sem falar, isso aqui deu certo, isso aqui não foi entregue, como é que a gente vai cobrar, sem envolver o Legislativo para cobrar.

Então, eu acho que a gente tem aqui, efetivamente, que conseguir apropriar o Executivo da sua fala, menos a população, porque a população, eu diria que a gente tem bastante gente já preocupada com isso, que não é escutada, que não é levada em consideração. A gente fala das soluções baseadas na natureza e a gente põe um jardim de chuva embaixo do Minhocão. A gente mata a possibilidade de a solução ser compreendida como uma solução que dá retorno. É mais barata, dá retorno, é bom para todo mundo, mas embaixo do Minhocão não vai dar retorno. Daí vão falar, mas para que adianta o jardim de chuva se ele não coleta água? Inclusive, a gente vai gastar água para molhar as plantas que estão embaixo do Minhocão.

E, por último, só termino falando isso, que a gente tem várias soluções, que a gente precisa entender qual é o prazo que o Legislativo tem para encaminhar soluções para o relatório, que, se não for coletivo, não vai dar certo e que precisa ser entendido sistemicamente. Não adianta a gente plantar árvore aqui, matar ali, falar que é importante ônibus, mas só construir espaço para carro. Não adianta. A resposta e a direção têm que ser clara e objetiva, porque, se

não, a gente não se apropria como sociedade de um plano que, de fato, tem saídas e soluções importantes para a cidade.

Obrigada, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigada, Vereadora Marina. Vereadora Renata Falzoni.

A SRA. RENATA FALZONI – Muito obrigada, colegas Vereadores e caríssimo Nalini. Vamos às nossas considerações. O primeiro desafio que a gente tem que apontar aqui é que as diretrizes do PlanClima deveriam entrar diretamente como as mesmas diretrizes de qualquer meta, de qualquer Prefeito. E, como a nossa proposta aqui, desde sempre, o PlanClima, essa é algo que seja, para 2050, sempre sendo algo de programa de Estado e não exatamente programa de um único Prefeito impulsionado por algum Vereador. Então, nós temos aqui um grande desafio de fazer com que o PlanClima e as suas diretrizes entrem como uma política de Estado, não apenas de gestão. Agora, como a gente já sabe, já foi dito que a mobilidade é a principal contribuidora para as mudanças climáticas, como foi bem apontado pelo próprio Secretário, 66% dos gases de efeito estufa vem do transporte rodoviário. Isso é fato.

Então a gente tem que realmente encarar que as mudanças, para a gente transformar as nossas cidades sustentáveis, resilientes, a gente tem que atuar com muita seriedade no quesito de transporte. E são dois pontos que a gente tem que realmente apontar como principais. Primeiro é a migração modal, que já foi falado. A gente tem que realmente priorizar os modos coletivos e os modos ativos de locomoção. E, claro, também já foi falado a substituição da matriz energética. Só que a cidade de São Paulo está patinando nesses dois pontos. E isso é um fato, e os números mostram.

Nosso último dado da pesquisa Origem e Destino mostrou uma queda de cinco milhões de viagens diárias na capital. Isso por conta da mudança do trabalho híbrido e das pessoas poderem eventualmente estar mais perto dos seus trabalhos e não terem que ser caracterizadas como uma viagem. Então, em teoria, com menos viagens, a gente poderia imaginar que nós teríamos menor emissões, mas não é o que está acontecendo. Até porque o

transporte sobre trilhos ganhou mais passageiros e as viagens em bicicletas aumentaram. Porém, a composição dos deslocamentos ainda está realmente nos preocupando muito.

Então, o ônibus municipal e a mobilidade a pé perderam terreno para o transporte individual motorizado, como carro, táxi, aplicativos e motocicletas. Isso numa outra. Faz exatamente um ano, nós tivemos um recorde de congestionamento na cidade com 1.510 quilômetros de vias congestionadas. Então, está errado. Alguma coisa está errada. É muito blá-blá-blá e pouca coisa realmente acontecendo. Quando o PlanClima foi publicado em 2021, nós, que trabalhamos com a mobilidade ativa combinado com transportes coletivos, estranhamos que a meta era de que 70% das viagens seriam feitas em transporte coletivo ou em modos ativos até 2030. Só que naquela época, São Paulo já tinha uma composição de 71%. E aí, nós buscamos a meta, nós diminuímos, nós voltamos para trás.

Então, nesse último, Origem e Destino, o transporte coletivo mais os modos ativos caíram de 71% para 67% das viagens. E isso é catastrófico, porque significa uma tendência de piora consagrada. Então, nós tivemos poucas ações para que pudéssemos evitar isso.

Então, a gente precisa não só resgatar uma ambição transformadora, mas nós temos que manter uma meta de migração de modal. E olha só que importante, caro colega Renato Nalini, o Secretário. Nessa segunda minuta apresentada, a questão de migração modal não está lá. O senhor pontuou na sua apresentação, mas não está lá nessa minuta. Então, isso é uma coisa que a gente tem que resgatar como prioritário. E a gente também tem que mudar um pouco a forma como a gente faz as nossas pesquisas. Hoje, para a gente poder monitorar a migração modal, que faz parte do combate às mudanças climáticas, nós temos uma pesquisa Origem e Destino, feita a cada cinco anos pelo metrô. Isso é muito limitador. A gente tem que ter uma pesquisa muito mais anual, muito mais localizada da realidade. Londres e Nova Iorque, por exemplo, que são cidades que têm o mesmo porte que São Paulo e metas muito parecidas, eles fazem uma verificação a todo ano.

Então, a gente defende, aqui no nosso gabinete, que esse monitoramento da divisão modal deve ser tratado como nova meta do PlanClima. A gente tem que ter realmente um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 42

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 38 DE 40

monitoramento a cada ano. E outra coisa também que é muito dramática, que é muito conectada com a questão do porquê as pessoas não fazem essa migração, que é a redução de mortes no trânsito. A gente nunca pode esquecer que, de 2020 para 2024, nós saltamos de 700 e pouco mortes por 100 mil habitantes, que é um habitante, mortes da cidade, saltamos para mais de mil, 1032 mortes em um único ano. Então, nós tivemos um aumento de 50% das mortes entre 2020 e 2024. Se a gente quer atuar na migração modal, a gente tem que atuar fortissimamente na questão da segurança viária. A gente tem que ter isso destacado na revisão do Plano. A gente tem que precisar definir, nisso, como que a gente vai reduzir a demanda do uso de carros e de moto.

Então, para se finalizar, eu quero agradecer o Secretário Renato, que a nossa equipe está tendo uma grande colaboração com a sua equipe, isso é muito importante. Nossa equipe está fazendo um trabalho junto com organizações como o ICCT, o Cidade a Pé, o Instituto Caminhabilidade, a Ciclocidade, a MTP, a Secretaria de Transportes Metropolitanos e a própria Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. E agora a gente quer trazer esse trabalho junto para essa Frente Parlamentar que nós estamos criando, solidificando e trabalhar junto e forçar muito esse aspecto da mudança migração modal. E que o PlanClima seja definido como prioritário nas metas não só da Prefeitura de São Paulo, mas de todas as cidades do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – Obrigado, Vereadora Renata. Vou passar para o nosso Secretário Nalini, mas antes a Vereadora Marina quer fazer uma consideração.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Só uma consideração que eu pulei alguns dos exemplos e tem um que eu acho que não dá para não falar. Que é, nas palavras do Sr. Secretário, a gente está vivendo um adensamento nefasto. Mas ele não acontece sem autorizações. Então como é que a gente traz a Prefeitura como responsável do que a gente está fazendo com a cidade? Porque ninguém constrói um prédio sem autorização, sem alvará. Então quem está autorizando, não pode autorizar. Porque o adensamento é de fato nefasto. Ele está acabando com a drenagem, está acabando com a cidade, está acabando com o tecido social que a gente

vive. Isso é muito assustador e, por último, eu senti falta da Smads nas Secretarias.

O SR. NABIL BONDUKI – Só para acrescentar, as compensações ambientais também são autorizadas pela Prefeitura. E eu quero só fazer um registro que acho que falta uma meta relativa à construção civil. A construção civil é fortemente emissora e o cimento, o concreto e o aço são os materiais que mais se emitem, por volta de 60%. Então quando a gente está fazendo túnel, viaduto e qualquer tipo de verticalização nós estamos usando esses materiais e está faltando um indicador relativo à construção civil.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Dr. Nalini, para a conclusão, as minhas dez perguntas eu vou encaminhar por escrito para a Luciana, para a assessoria.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – Presidente, se tivesse de responder a tudo, eu ficaria a tarde toda aqui e tenho certeza de que não conseguiria, porque há temas aqui que eu não domino. A minha Secretaria é uma secretaria de articulação. Não quero orçamento não, porque o orçamento climático tem 20 bilhões de ações destinadas à mudança climática. Eu acho que a nossa missão, inclusive da Câmara, é fiscalizar se isso está sendo aplicado realmente nas mudanças climáticas. Eu anotei todas as questões, a nossa Secretaria está aberta a receber. Temos procurado não só a Câmara, mas toda a sociedade civil, a universidade. Estamos trabalhando junto com o Instituto de Estudos Avançados da USP, que nos assessora, nos acompanha. O Prof. Carlos Nobre se aproximou, o professor Marcos Buckeridge, o Prof. Arlindo Philippi, o Prof. Paulo Saldiva, estão todos conosco. Hoje também. E quem mais? A Patrícia Iglesias, que teve um AVC, mas está com a gente. Consuelo Yoshida. Todo mundo está sendo chamado para participar.

É muito bom que as comunidades se interessem por esse PlanClima, ajudem a fiscalizar, ajudem a fazer sugestões. O prazo para as sugestões, não para o relatório que está pronto, mas para a revisão, Vereadora, é até dezembro. Mas, quanto antes, melhor. E nós estamos permanentemente abertos. Temos ido às reuniões dos CADES, que são participação muito importante da comunidade, e há participações muito repletas de pessoas. Então, a sociedade está participando, sim. Mas, quanto mais gente, melhor. Obrigado pela oportunidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 44

REUNIÃO: 21275 DATA: 20/08/2025 FL: 40 DE 40

Fiz aqui a anotação para a lição de casa. Tudo aquilo que depender de mim, fiquem tranquilos de que tudo o que se disse, eu também concordo. Renata me conhece há quanto tempo e ela sabe. Então, eu sou, nessa idade que eu estou, e depois de ter feito o que eu fiz, eu não preciso de currículo. Eu estou porque eu acredito no ambiente, na ecologia, no verde, e sou muito preocupado com meus netos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Dr. Renato Nalini. Muito obrigado mesmo. A Comissão de Política Urbana se sente honrada de recebê-lo aqui para um assunto tão importante para a nossa cidade.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.